



Simulado Final

DNIT

Analista Administrativo - Administração
Pós-Edital

Simulado

Simulado DNIT – Analista Administrativo - Administração

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso DNIT – Analista Administrativo - Administração;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-DNIT-Administração-10-02>

01 – (A) (B) (C) (D) (E)
02 – (A) (B) (C) (D) (E)
03 – (A) (B) (C) (D) (E)
04 – (A) (B) (C) (D) (E)
05 – (A) (B) (C) (D) (E)
06 – (A) (B) (C) (D) (E)
07 – (A) (B) (C) (D) (E)
08 – (A) (B) (C) (D) (E)
09 – (A) (B) (C) (D) (E)
10 – (A) (B) (C) (D) (E)
11 – (A) (B) (C) (D) (E)
12 – (A) (B) (C) (D) (E)
13 – (A) (B) (C) (D) (E)
14 – (A) (B) (C) (D) (E)
15 – (A) (B) (C) (D) (E)
16 – (A) (B) (C) (D) (E)
17 – (A) (B) (C) (D) (E)
18 – (A) (B) (C) (D) (E)
19 – (A) (B) (C) (D) (E)
20 – (A) (B) (C) (D) (E)

20 – (A) (B) (C) (D) (E)
21 – (A) (B) (C) (D) (E)
22 – (A) (B) (C) (D) (E)
23 – (A) (B) (C) (D) (E)
24 – (A) (B) (C) (D) (E)
25 – (A) (B) (C) (D) (E)
26 – (A) (B) (C) (D) (E)
27 – (A) (B) (C) (D) (E)
28 – (A) (B) (C) (D) (E)
29 – (A) (B) (C) (D) (E)
30 – (A) (B) (C) (D) (E)
31 – (A) (B) (C) (D) (E)
32 – (A) (B) (C) (D) (E)
33 – (A) (B) (C) (D) (E)
34 – (A) (B) (C) (D) (E)
35 – (A) (B) (C) (D) (E)
36 – (A) (B) (C) (D) (E)
37 – (A) (B) (C) (D) (E)
38 – (A) (B) (C) (D) (E)
39 – (A) (B) (C) (D) (E)
40 – (A) (B) (C) (D) (E)

41 – (A) (B) (C) (D) (E)
42 – (A) (B) (C) (D) (E)
43 – (A) (B) (C) (D) (E)
44 – (A) (B) (C) (D) (E)
45 – (A) (B) (C) (D) (E)
46 – (A) (B) (C) (D) (E)
47 – (A) (B) (C) (D) (E)
48 – (A) (B) (C) (D) (E)
49 – (A) (B) (C) (D) (E)
50 – (A) (B) (C) (D) (E)
51 – (A) (B) (C) (D) (E)
52 – (A) (B) (C) (D) (E)
53 – (A) (B) (C) (D) (E)
54 – (A) (B) (C) (D) (E)
55 – (A) (B) (C) (D) (E)
56 – (A) (B) (C) (D) (E)
57 – (A) (B) (C) (D) (E)
58 – (A) (B) (C) (D) (E)
59 – (A) (B) (C) (D) (E)
60 – (A) (B) (C) (D) (E)

61 – (A) (B) (C) (D) (E)
62 – (A) (B) (C) (D) (E)
63 – (A) (B) (C) (D) (E)
64 – (A) (B) (C) (D) (E)
65 – (A) (B) (C) (D) (E)
66 – (A) (B) (C) (D) (E)
67 – (A) (B) (C) (D) (E)
68 – (A) (B) (C) (D) (E)
69 – (A) (B) (C) (D) (E)
70 – (A) (B) (C) (D) (E)
71 – (A) (B) (C) (D) (E)
72 – (A) (B) (C) (D) (E)
73 – (A) (B) (C) (D) (E)
74 – (A) (B) (C) (D) (E)
75 – (A) (B) (C) (D) (E)
76 – (A) (B) (C) (D) (E)
77 – (A) (B) (C) (D) (E)
78 – (A) (B) (C) (D) (E)
79 – (A) (B) (C) (D) (E)
80 – (A) (B) (C) (D) (E)

LÍNGUA PORTUGUESA

Fabício Dutra

01. “Quem come tudo e não divide nada fica com a barriga inchada.”

Sobre a frase acima, assinale a inferência que não é possível.

- a) Quem consome uma grande quantidade de comida sem compartilhar com os outros pode sofrer de distensão abdominal ou desconforto físico devido à excessiva ingestão de alimentos.
- b) Esta frase pode ser vista como um ensinamento sobre a importância do compartilhamento e da generosidade, sugerindo que a avareza e o egoísmo podem levar a consequências negativas, não necessariamente físicas, mas talvez em termos de isolamento social ou insatisfação pessoal.
- c) A frase pode ser entendida como uma crítica ao comportamento individualista na sociedade, indicando que aqueles que acumulam recursos sem considerar as necessidades dos outros acabam por enfrentar repercussões negativas, seja na forma de exclusão social ou de culpa.
- d) Esta frase ser interpretada como uma metáfora para o acúmulo de riquezas, onde "comer tudo e não dividir nada" se refere à acumulação de bens e capital sem redistribuição, o que pode levar a um "inchaço" ou desequilíbrio no sistema econômico, resultando em problemas sociais ou econômicos.
- e) Esta frase pode ser interpretada como um incentivo ao individualismo, sugerindo que o ato de não compartilhar e focar exclusivamente nos próprios desejos é uma prática valiosa que conduz à sobrevivência.

02. “A vingança nunca é plena. Mata a alma e a envenena.”

A frase acima somente não poderia ser reescrita adequadamente da seguinte forma:

- a) A vingança, ao invés de resolver, apenas agrava a dor da alma, envenenando-a ainda mais.
- b) Graças à vingança, a alma acabando sendo morta e envenenada.
- c) A vingança sempre se mostra insatisfatória, pois corrói o espírito e o contamina.
- d) Buscar vingança não traz satisfação completa; ela destrói a essência e a intoxica.
- e) A retribuição com vingança não preenche o vazio; ela apenas lesa o ser e o envenena.

03. Assinale a única alternativa isenta de ambiguidade

- a) Ele sentou na cadeira e quebrou o braço.
- b) Enquanto vocês tiverem os livros nas mãos, serão gente de bem.
- c) Meu pai foi embora da loja de sapatos.
- d) Ficou combinado que nos encontraremos no banco
- e) Ana encontrou o gerente da loja com o seu irmão

04. *Se você é jovem ainda,*

Amanhã velho será, velho será, velho será!

A menos que o coração, que o coração sustente

A juventude que nunca morrerá!

A poesia acima pode ser interpretada como:

- a) um chamado à ação para as pessoas aproveitarem sua juventude enquanto a têm e, ao mesmo tempo, trabalharem para preservar a vitalidade do coração e do espírito à medida que envelhecem.
- b) um alerta a respeito de cuidados com a saúde, em especial do coração, visto que a manutenção da vida e da juventude por muito tempo demandam observações especiais.
- c) uma reflexão sobre o contraste entre o envelhecimento físico e a capacidade de manter uma essência jovem no coração. Isso sugere que, embora o corpo possa envelhecer, os sentimentos, atitudes e emoções podem permanecer jovens se assim escolhermos.
- d) um chamado à reflexão sobre a capacidade de manter o entusiasmo, a curiosidade e a vontade de viver plenamente, independentemente da idade.
- e) um convite à manutenção de uma atitude jovem, de uma mente aberta e de um coração cheio de paixão, pois isso pode nos ajudar a sentir-nos jovens, independentemente da nossa idade biológica.

05. *A menos que o coração, que o coração sustente*

A juventude que nunca morrerá!

O conectivo sublinhado acima pode ser corretamente substituído por:

- a) mesmo que
- b) ainda que
- c) posto que
- d) a não ser que
- e) conquanto que

06. *Não existe trabalho ruim; o ruim é ter de trabalhar.*

Assinale a opção correta que assinala respectivamente as classes gramaticais dos termos sublinhados acima:

- a) advérbio e substantivo
- b) substantivo e adjetivo
- c) adjetivo e advérbio
- d) adjetivo e adjetivo
- e) adjetivo e substantivo.

07. *Pois quem dá e depois tira, com o diabo fica, sua mão se danifica, sua avó será maldita e sua sogra ressuscita.*

Assinale a alternativa que faz uma reflexão correta sobre o trecho acima.

- a) A frase versa sobre ingratidão, cuja leitura faz uma reflexão sobre ações de dar e retirar, as quais poderiam literalmente causar maldições familiares e eventos sobrenaturais.
- b) A frase descreve um fenômeno moral de culpa, insinuando que dar e depois tirar algo resulta em danos físicos diretos à mão da pessoa, além de afetar a saúde de familiares de maneira literal e direta.
- c) A frase faz referência a um conselho financeiro ou econômico, sugerindo que dar algo e depois retirá-lo tem implicações financeiras que podem levar a uma maldição ou consequências morais.
- d) A frase poderia ser interpretada como uma advertência sobre a desonestidade de oferecer um presente e depois retirar sem que o destinatário perceba.
- e) A frase é uma forma expressiva de dizer que não se deve fazer promessas ou oferecer coisas para depois retirá-las, pois tal comportamento é considerado desonesto ou moralmente repreensível.

08. Assinale a opção em que não ocorre redundância.

- a) Ele decidiu regressar rapidamente de volta para casa.
- b) Ninguém deve interferir nos meus próprios interesses.
- c) Tudo o que foi dito foi captado atentamente.
- d) Creio que você deva deixar essa história passada para trás.
- e) Planeje as férias com antecedência, que tudo dará certo.

09. Na frase “O pessoal avistou a polícia chegando e rapidamente saíram correndo.”

Assinale a opção que apresenta a figura de linguagem corretamente presente acima:

- a) silepse de pessoa
- b) elipse
- c) anacoluto
- d) hipérbole
- e) silepse de número

10. Assinale a opção que pratica adequadamente a substituição da oração adjetiva por um adjetivo.

- a) os adultos **que não têm responsabilidade** devem buscá-la imediatamente / irresponsabilizados
- b) A família **que se perdoa** é mais feliz / perdoável
- c) Os amigos **que se respeitam** têm laços mais fortes. / respeitosos
- d) O jovem aluno **que fala muito bem** foi escolhido pela banca. / eloquente
- e) O homem **que ora** espalha o bem. / orador

RACIOCÍNIO LÓGICA MATEMÁTICO

Eduardo Mocellin

11. Considere a afirmação:

“Com um par de óculos, todo homem parece estudioso e inteligente.”

A negação dessa afirmação é:

- a) Sem um par de óculos, todo homem não parece estudioso nem inteligente.
- b) Com um par de óculos, todo homem não parece estudioso ou não parece inteligente.
- c) Com um par de óculos, algum homem não parece estudioso nem inteligente.
- d) Sem um par de óculos, algum homem não parece estudioso ou não parece inteligente.
- e) Com um par de óculos, algum homem não parece estudioso ou não parece inteligente.

12. Considere a afirmação:

“Se Pedro estudar com constância e conhecer as peculiaridades da banca, será aprovado no concurso”

A negativa dessa afirmação é:

- a) Se Pedro não estudar com constância e não conhecer as peculiaridades da banca, será aprovado no concurso.
- b) Se Pedro não estudar com constância ou não conhecer as peculiaridades da banca, será aprovado no concurso.
- c) Se Pedro estudar com constância e conhecer as peculiaridades da banca, não será aprovado no concurso.
- d) Se Pedro não estudar com constância e não conhecer as peculiaridades da banca, não será aprovado no concurso.
- e) Se Pedro não estudar com constância ou não conhecer as peculiaridades da banca, não será aprovado no concurso.

13. Na compra de uma moto, um Analista do DNIT recebeu um desconto de 10% sobre o preço de X reais. Após certo tempo, comprou uma nova moto por R\$ 4.740,00 e, para fazer o pagamento, deu a primeira moto como entrada, com prejuízo de 10% sobre a quantia que havia pagado, e mais três parcelas sem juros de R\$ 500,00 cada. Nessas condições, X é igual a

- a) 4.000
- b) 4.100
- c) 4.200
- d) 4.210
- e) 4.220

14. Considere dois conjuntos A e B, em que $A = \{a, b, c, d\}$ e $B = \{a, e, f, d\}$. Sabendo-se que a operação # é definida por $A \# B = A - B \cup (B - A)$, então a expressão $A \# B \# B$ é dada por:

- a) a, e, d
- b) a, b
- c) a, b, c, d
- d) d, f, e
- e) {a, f}

15. Em uma pesquisa, observa-se que o salário médio mensal dos entrevistados é de R\$ 2.000,00. Os salários médios dos homens e das mulheres são, respectivamente, R\$ 2.400,00 e R\$ 1.680,00. Dentre os entrevistados, a razão entre o número de homens e de mulheres é:

- a) 1
- b) 2
- c) 1/5
- d) 3/5
- e) 4/5

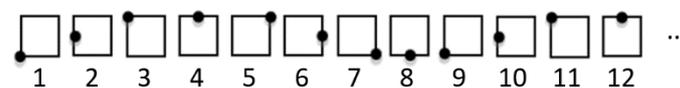
16. Sobre as grandezas A, B e C sabe-se que:

- A é diretamente proporcional a B; e
- C é inversamente proporcional a A.

Quando $B = 8$, tem-se $A = 1/2$ e $C = 1/4$. O valor de $B \times C$ quando $A = 1/8$ é:

- a) 1
- b) 2
- c) 4
- d) 8
- e) 16

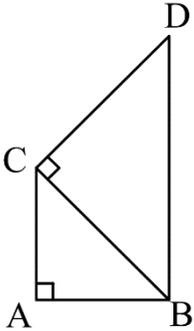
17. Observe a sequência de quadrados a seguir:



O quadrado de número 900 é:

- a) 
- b) 
- c) 
- d) 
- e) 

18. Na figura a seguir, tem-se dois triângulos retângulos e isósceles: ABC e BCD.



A razão entre as áreas dos triângulos BCD e ABC, nessa ordem, é:

- a) 22
- b) 2
- c) 2
- d) 52
- e) 3

19. O resto da divisão do número de anagramas da palavra ANALISTA por 17 é:

- a) 4
- b) 5
- c) 6
- d) 7
- e) 8

20. Considere as arestas de um cubo. Ao escolhermos aleatoriamente duas arestas quaisquer, a probabilidade de escolhermos um par de arestas paralelas entre si é:

- a) 233
- b) 611
- c) 566
- d) 311
- e) 322

CONSTITUIÇÃO

Fábio Ramos

21. Suponha que Ross e Val, casados, cidadãos americanos, estavam de férias no Brasil quando, devido a uma intercorrência médica, Val deu à luz prematuramente ao seu filho Tanaka. Considerando o disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que Tanaka

- a) é brasileiro nato e poderá perder sua naturalização em virtude da prática de atividade nociva ao interesse nacional.
- b) Ele tem a Nacionalidade inata e no futuro poderá se candidatar para o cargo de Presidente e Vice-Presidente da República Federativa do Brasil.
- c) é brasileiro naturalizado e no futuro poderá ocupar o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados.
- d) deve ser considerado como brasileiro nato, e poderá perder a nacionalidade se fizer pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, sem ressalvas.
- e) apenas será considerado brasileiro após residir por um ano ininterrupto no Brasil e comprovar que tem idoneidade moral.

22. A partir da Emenda Constitucional nº 45/2004, uma importante mudança no nosso ordenamento jurídico, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos:

- a) sempre terão a natureza jurídica de lei ordinária, exigindo a sua aprovação, pelo Congresso Nacional e a promulgação, na ordem interna, pelo Chefe do Poder Executivo;
- b) sempre terão a natureza jurídica de atos de direito internacional, não se integrando, em qualquer hipótese, à ordem jurídica interna do país.
- c) podem ter a natureza jurídica de emenda constitucional, caso sua aprovação aconteça nas duas casas do Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável da unanimidade dos respectivos membros;
- d) podem ter a natureza jurídica de lei complementar, desde que o Congresso Nacional venha a aprová-los com observância do processo legislativo ordinário;
- e) sempre terão a natureza jurídica de emenda constitucional, exigindo, apenas, que a sua aprovação, pelo Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável de dois terços dos respectivos membros;

23. Ao tratar dos princípios fundamentais, a CF estabelece, em seu art. 1.º,

- a) a forma republicana de Estado, cláusula pétrea expressa, caracterizada pela eletividade, temporariedade e responsabilidade do governante.
- b) a forma republicana de governo, caracterizada pela eletividade, temporariedade e responsabilidade do governante.
- c) a forma federativa de Estado, cláusula pétrea implícita, caracterizada pela tripartição dos poderes da União.
- d) a forma federativa de Estado e o sistema presidencialista de governo.
- e) a forma republicana de governo e a forma federativa de Estado, cláusulas pétreas expressas

24. Tibério, brasileiro nato, após completar dezoito anos de idade, alistou-se como eleitor junto ao órgão competente da Justiça Eleitoral. Ele percebeu que o o Presidente da República iria praticar um ato que lesaria o patrimônio público de sua cidade. À luz da sistemática constitucional afeta aos direitos e garantias fundamentais, Tibério poderá ajuizar

- a) mandado de segurança que será julgado pelo STF.
- b) ação civil pública que será julgada pelo STF.
- c) ação popular que será julgada pelo juiz federal.
- d) ação popular que será julgada pelo STF.
- e) ação popular que será julgada pelo STJ.

25. Acerca das normas constitucionais que regem os direitos políticos e os partidos políticos, assinale a opção correta, conforme a Constituição Federal de 1988 e o entendimento do Supremo Tribunal Federal.

- a) É inelegível para o cargo de vereador ex-cônjuge de governador do estado, ainda que se trate de reeleição e a dissolução do vínculo conjugal tenha ocorrido antes do início do mandato de governador.
- b) Não se aplica a regra da perda de mandato por infidelidade partidária a governador que, depois de eleito pelo sistema majoritário, resolve mudar de partido político.
- c) A condenação de servidor público federal por ato de improbidade administrativa não impede sua candidatura ao cargo de deputado federal, uma vez que tal situação não se inclui entre as hipóteses de suspensão de direitos políticos.
- d) O voto é obrigatório para o cidadão brasileiro naturalizado que seja analfabeto.
- e) Ação para impugnação do mandato de prefeito eleito graças a esquema de compra de votos deve ser ajuizada na justiça federal, dentro do prazo de seis meses, e instruída com provas do abuso do poder econômico.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

26. O Estado Beta criou uma entidade autárquica no início do ano de 2024, seguindo as normas jurídicas aplicáveis. Assinale a alternativa que NÃO menciona uma característica que foi respeitada pelo Estado Beta:

- a) beneficiária da imunidade tributária recíproca.
- b) criação por meio de lei ordinária específica.
- c) sujeição ao regime jurídico único de pessoal.
- d) desempenho de atividades típicas de Estado, como polícia administrativa, regulação e fomento.
- e) ausência de privilégios processuais.

27. A expressão “Administração Pública” em sentido orgânico

- a) diz respeito à natureza das atividades desempenhadas pelo poder público.
- b) tem o mesmo significado que o sentido funcional.
- c) equivale ao ente dotado de personalidade jurídica formado pelo povo, território e governo soberano.
- d) inclui necessariamente os órgãos políticos ou de governo.
- e) compreende os órgãos e entidades que o ordenamento jurídico designa como pertencentes à Administração Pública.

28. A Autarquia Alfa recentemente nomeou Pedro para ser o chefe do seu departamento de gestão de pessoas. Neste caso, pode-se afirmar que a unidade chefiada por Pedro caracteriza a prestação de serviços:

- a) centralizada-desconcentrada.
- b) centralizada-concentrada.
- c) descentralizada-desconcentrada.
- d) descentralizada-concentrada.
- e) centralizada-descentralizada.

29. Considerando o que dispõe a Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), pode-se afirmar que:

- a) é de 35 anos o prazo máximo de restrição de acesso a informações classificadas como ultrassecretas.
- b) autenticidade diz respeito à qualidade da informação não modificada quanto à origem, ao trânsito e ao destino.
- c) informações de interesse público podem ser divulgadas proativamente ou mediante a solicitação por interessado, a critério do ente público.
- d) pedidos de acesso à informação devem declinar os respectivos motivos determinantes.
- e) havendo o indeferimento de acesso a informações, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 dias a contar da sua ciência, dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada.

30. São consideradas informações imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado que admitem classificação:

- a) informações relacionadas ao cumprimento de ordem judicial.
- b) comprometer atividades de fiscalização em andamento, relacionadas com a repressão de infrações.
- c) informações relacionadas à realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral.
- d) informações relacionadas à defesa de direitos humanos.
- e) informações necessárias à proteção do interesse público e geral preponderante.

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Antônio Daud

31. Tomando por base as regras expressas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709/2018), assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A comunicação de dados pessoais de pessoa jurídica de direito privado a Autarquias será, como regra geral, informado à autoridade nacional de proteção de dados e dependerá de consentimento do titular.
- b) As empresas públicas e as sociedades de economia mista que atuam em regime de concorrência terão o mesmo tratamento dispensado às demais pessoas jurídicas de direito privado, no que se refere ao tratamento de dados pessoais.
- c) O uso compartilhado de dados pessoais pelo Poder Público deve atender a atribuição legal pelos órgãos e pelas entidades públicas e a finalidades específicas de execução de políticas públicas.
- d) A autoridade nacional de proteção de dados poderá solicitar, a qualquer momento, aos órgãos e às entidades do poder público a realização de operações de tratamento de dados pessoais, informações específicas sobre o âmbito e a natureza dos dados e outros detalhes do tratamento realizado.
- e) A autoridade nacional de proteção de dados poderá estabelecer normas complementares para as atividades de comunicação e de uso compartilhado de dados pessoais.

32. Considerando os preceitos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), marque a alternativa que NÃO prevê hipótese de tratamento de dados pessoais:

- a) cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador dos dados.
- b) realização de estudos por órgão de pesquisa garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais.
- c) execução de contrato do qual seja parte o titular, desde que a pedido do titular dos dados.
- d) proteção da vida do titular, não alcançando situações de proteção de sua incolumidade física.
- e) exercício regular de direitos em processo arbitral.

33. À luz do que prevê a Lei Geral de Proteção de Dados, assinale a hipótese em que o uso compartilhado de dados pessoais de pessoa jurídica de direito público a pessoa de direito privado necessita ser informado à autoridade nacional ou de consentimento do titular:

- a) hipóteses de dispensa de consentimento previstas na LGPD, como ocorre nos casos de cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador.
- b) dados acessíveis publicamente.
- c) execução descentralizada de atividade pública que exija a transferência de dados.
- d) transferência dos dados que objetivar exclusivamente a prevenção de fraudes.
- e) para portabilidade, livre acesso aos dados e segurança, assim como sobre o tempo de guarda dos registros.

ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL

Lilian Novakoski

34. Em relação ao que dispõe o Estatuto da Igualdade Racial, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Considera-se desigualdade de gênero e raça: assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais;
- b) Desigualdade racial é toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica;
- c) População negra é o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga;
- d) É considerada discriminação racial ou étnico-racial: ações, iniciativas e programas adotados pelo Estado no cumprimento de suas atribuições institucionais;
- e) As ações afirmativas são os programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades.

35. Conforme dispõe o Estatuto da Igualdade Racial, os governos federal, estaduais, distrital e municipais adotaram providências para garantir que a população negra tenha direito a participar de atividades educacionais, culturais, esportivas e de lazer adequadas a seus interesses e condições.

Com relação ao que dispõe o Estatuto da Igualdade Racial, analise os itens a seguir

- I. promoção de ações para viabilizar e ampliar o acesso da população negra ao ensino em escolas particulares com valor acessível e às atividades esportivas e de lazer;
- II. apoio à iniciativa de entidades que mantenham espaço para promoção social e cultural da população negra;
- III. implementação de políticas públicas para o fortalecimento da juventude negra brasileira.

São providências que devem ser tomadas pelo Poder Público as que constam nos itens:

- a) I, II e III;
- b) I, apenas.
- c) II, apenas.
- d) II e III, apenas
- e) Nenhum dos itens.

36. O Estatuto da Igualdade Racial é uma importante ferramenta da política nacional de direitos humanos, voltado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

Em relação ao que dispõe o Estatuto, assinale a alternativa correta:

- a) Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, é facultativo o estudo da história geral da África e da história da população negra no Brasil.
- b) Os conteúdos referentes à história da população negra no Brasil serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, resgatando sua contribuição decisiva para o desenvolvimento social, econômico, político e cultural do País.
- c) Nas datas comemorativas de caráter cívico, o Poder Público não poderá incentivar o movimento negro, de forma que incentive a participação de intelectuais e representantes do movimento negro para debater com os estudantes suas vivências relativas ao tema em comemoração, no entanto é permitido à população se reunir de forma pacífica para debaterem o assunto.
- d) o setor privado gozará de incentivo financeiro do erário para reserva de vagas em empresas de grande e médio porte.
- e) A participação da população negra, em condição de igualdade de oportunidade, na vida econômica, social, política e cultural do País será promovida, prioritariamente, por meio da inclusão dos obstáculos históricos, socioculturais e institucionais que impedem a representação da diversidade étnica nas esferas pública e privada;

ÉTICA PÚBLICA

Tiago Zanolla

37. Qual é a importância do princípio da moralidade para os servidores públicos?

- a) O princípio da moralidade é relevante apenas para os servidores públicos em cargos de alta gestão, não se aplicando aos demais servidores.
- b) A moralidade não é uma característica obrigatória para os servidores públicos, sendo apenas recomendada.
- c) A moralidade é uma característica e um dever inerente ao Estado e, conseqüentemente, a todos os seus servidores públicos, sem exceções.
- d) Servidores públicos podem flexibilizar o princípio da moralidade conforme o contexto e a situação, desde que não haja prejuízos evidentes para o Estado.
- e) O princípio da moralidade aplica-se exclusivamente nas relações entre servidores públicos, não influenciando a forma como o público é atendido.

38. Por que é importante que os servidores públicos respeitem os valores éticos e morais da sociedade no exercício de suas funções?

- a) Porque os valores éticos e morais da sociedade são relevantes apenas fora do horário de trabalho, não influenciando a conduta profissional dos servidores.
- b) Os valores éticos e morais são sugestões de conduta que podem ser adaptadas conforme a conveniência do servidor público, sem maiores implicações.
- c) O respeito aos valores éticos e morais da sociedade é fundamental para garantir a confiança pública nas instituições e a legitimidade da atuação dos servidores.
- d) A adesão a valores éticos e morais é opcional para os servidores públicos, visto que as normas internas dos órgãos já cobrem todas as necessidades de conduta.
- e) Valores éticos e morais são considerados ultrapassados e irrelevantes para a moderna administração pública, que se baseia exclusivamente em eficiência e resultados.

39. Considerando as expectativas da sociedade no novo século, em qual dos seguintes aspectos a prática da gestão pública NÃO deve se fundamentar?

- a) Transparência nas ações e decisões.
- b) Responsabilidade pelas decisões e suas conseqüências.
- c) Integridade e ética no exercício das funções públicas.
- d) Gestão centrada exclusivamente nos interesses de grupos específicos, ignorando o bem-estar coletivo.
- e) Promoção da cidadania e do respeito aos direitos dos cidadãos.

40. Motivado pelo engajamento dos novos servidores na compreensão dos valores éticos na administração pública, Pedro decidiu enfatizar a importância da ética profissional específica para o cargo de Agente Administrativo. Ele queria que a equipe entendesse as ações concretas que caracterizam um profissional ético nesse cargo, destacando comportamentos e práticas que devem ser adotados no dia a dia de trabalho.

Como um Agente Administrativo pode ser classificado como um profissional ético? O profissional deve:

- a) Priorizar os interesses pessoais sobre os da administração pública, garantindo benefícios próprios.
- b) Aplicar os valores estabelecidos pela sociedade em que vive, demonstrando integridade e transparência em todas as suas ações.
- c) Seguir apenas as leis e normas que concordar pessoalmente, ignorando aquelas que considera desnecessárias ou ultrapassadas.
- d) Utilizar informações confidenciais obtidas em seu trabalho para obter vantagens para si ou para terceiros.
- e) Evitar o diálogo com o público e a transparência nas ações, para proteger a administração pública de críticas e questionamentos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LICITAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATOS

Antônio Daud

41. Examine os itens a seguir em relação às regras de contratação pública previstas na “nova lei de licitações e contratos”, Lei 14.133/2021:

- I. Sobrepreço em uma obra pública representa o dano provocado ao patrimônio da Administração, caracterizado, entre outras situações, por meio de deficiência na execução de obras e de serviços de engenharia que resulte em diminuição da sua qualidade, vida útil ou segurança.
- II. Presumem-se inexequíveis, no caso de serviços de engenharia e obras, as propostas cujos valores sejam inferiores a 75% do valor orçado pela Administração.
- III. Em contratações de obras e serviços de engenharia, além das garantias legalmente exigíveis, deverá ser exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% do valor orçado pela Administração.

Está correto apenas o que se afirma no(s) item(ns):

- a) I.
- b) I e II.
- c) I, II e III.
- d) II e III.
- e) III.

42. As empresas Alfa e Beta apresentaram propostas, em certame licitatório regido pela Lei 14.133/2021, que ficaram empatadas.

Nesta situação, em primeiro lugar será utilizada(o) como critério de desempate a(o):

- a) desenvolvimento de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho.
- b) desenvolvimento de programa de integridade.
- c) o fato de os bens e serviços terem sido produzidos ou prestados por empresas brasileiras.
- d) disputa final.
- e) a avaliação do desempenho contratual prévio das empresas licitantes.

43. No que se refere ao impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública, previsto na Lei 14.133/2021, é correto afirmar que:

- a) impede o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública nacionalmente, isto é, em todos os entes federativos.
- b) impede o responsável de licitar ou contratar pelo prazo máximo de 4 anos.
- c) admite reabilitação após o transcurso do prazo mínimo de 3 anos.
- d) impede o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 anos.
- e) não poderá ser cumulada com nenhuma outra sanção.

44. Omando por base as regras de contratação direta da “nova lei de licitações”, é INCORRETO afirmar que:

- a) é exigida a autuação de processo administrativo necessário para justificar a contratação direta.
- b) pode ensejar a responsabilidade solidária do agente público por dano causado ao erário, no caso de contratação indevida ocorrida com dolo.
- c) as situações de licitação dispensada criam uma faculdade ao gestor público para contratação direta.
- d) é exemplificativo o rol de hipóteses de licitação inexigível.
- e) é taxativo o rol de hipóteses de licitação dispensável.

45. Em relação ao contrato administrativo verbal, de acordo com a nova lei de licitação e contratos (Lei 14.133/2021) é correto afirmar que:

- a) sempre é viável juridicamente.
- b) somente será admitido em municípios de até 20.000 habitantes.
- c) nunca é admitido, por força do princípio do formalismo contratual.
- d) é admitido enquanto não implantado efetivamente o PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas).
- e) será admitido, excepcionalmente, nas pequenas compras ou serviços de pronto pagamento, limitadas a até R\$ 10.000,00, segundo expressamente previsto em Lei.

ADMINISTRAÇÃO GERAL*Stefan Fantini*

46. O processo organizacional é composto por quatro Funções Administrativas, função planejamento, organização, direção e controle. Pode-se dizer que a função planejamento envolve, dentre outras, a seguinte ação:

- a) Dividir o trabalho e atribuir as responsabilidades.
- b) Estabelecer os objetivos e definir os meios (traçar as estratégias) para alcançá-los.
- c) Estabelecer os meios e recursos necessários para alcançar o objetivo proposto pelo planejamento.
- d) Conduzir os trabalhos para que seja colocado em prática tudo aquilo que foi organizado e planejado.
- e) Monitorar as atividades e fazer as correções necessárias.

47. O fragmento a seguir foi extraído do Mapa Estratégico 2023-2026 do DNIT:

“Implementar a política de infraestrutura de transporte, participando no desenvolvimento sustentável do país.”

Esse fragmento representa

- a) a visão do DNIT.
- b) a missão do DNIT.
- c) o negócio do DNIT.
- d) a estratégia do DNIT.
- e) os valores do DNIT.

48. A empresa JOÃO DAS NEVES COMPANY realizou uma análise SWOT e identificou que 70% de suas unidades contam com quadro de pessoal desqualificado, carente de capacitação, bem como com equipamentos ultrapassados, que não mais acompanham as tendências e tecnologias do mercado. Além disso, a referida empresa identificou que um grande concorrente direto do mercado foi a falência.

Nessa situação, de acordo com a análise SWOT, é correto afirmar que a empresa JOÃO DAS NEVES COMPANY identificou, respectivamente

- a) oportunidades de treinamento a serem aproveitadas pela empresa e forças no ambiente externo.
- b) ameaças ao alcance de seus objetivos e oportunidades a serem aproveitadas.
- c) forças de outras organizações perante a empresa JOÃO DAS NEVES COMPANY e oportunidades ambientais.
- d) fraquezas que colocam a empresa em uma situação desfavorável e oportunidades no ambiente externo.
- e) fraquezas que colocam a empresa em uma situação desfavorável e forças no ambiente externo.

49. A organização subdividida em departamentos de marketing, finanças, recursos humanos e produção adota o critério de departamentalização

- a) por processos
- b) por clientes
- c) geográfica
- d) matricial
- e) funcional

50. O ciclo PDCA é uma ferramenta que tem foco na melhoria contínua e possui 04 etapas. Nesse ciclo, a verificação dos resultados daquilo que foi executado ocorre na etapa

- a) P (Plan)
- b) C (Check)
- c) A (Act)
- d) D (Do)
- e) S (Study)

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Elisabete Moreira

51. Acerca do modelo voltado para resultados na administração pública brasileira, avalie as afirmativas a seguir.

- I. Há o predomínio da interação horizontal sobre a vertical, além de confiança e crenças recíprocas em relação ao gestor público.
- II. Envolve a participação e a responsabilidade multigrupal, a tomada de decisão centralizada, conforme o conhecimento dos indivíduos.
- III. Envolve a ação empreendedora e catalisadora que coordena, fomenta, deixando a execução para os demais atores.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I.
- c) I e III.
- d) II.
- e) II e III.

52. O modelo de gestão governamental experimentado no século XX, que se baseava na ideia de que os serviços deveriam ser prestados com foco na equidade e nas necessidades dos cidadãos, ficou conhecido como

- a) Gerencialismo puro
- b) *Public Service Orientation* – PSO
- c) Taylorismo
- d) Consumerismo
- e) Patrimonialismo

53. Uma das grandes mudanças na gestão pública contemporânea tem sido o estreitamento da relação entre Estado e sociedade na entrega de serviços públicos. O governo não é mais um ator autônomo na implementação de políticas, tornando-se dependente do setor privado e do terceiro setor para cumprir seus objetivos. São formas de interface do Estado brasileiro com organizações não-estatais e atores sociais, respectivamente, para a execução e discussão das políticas públicas, exceto:

- a) Parcerias com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e Conselhos Setoriais.
- b) Contrato de Gestão com Organizações Sociais e práticas de Orçamento Participativo.
- c) Parcerias Público-Privadas e realização de Audiências Públicas.
- d) Insulamento Burocrático e Consultas Públicas com o uso de tecnologias de informação e comunicação.
- e) Contrato de Concessão e organização de Conferências de Políticas Públicas.

54. Considerando o processo de planejamento em uma organização, avalie as afirmativas:

- I. O planejamento estratégico é um processo emergente e incremental de aprendizado. As organizações precisam se transformar em sistemas de aprendizagem organizacional.
- II. O ambiente externo deve ser considerado como um dos fatores importantes no jogo estratégico. Por outro lado, a organização não precisa responder às forças do ambiente de tarefa.
- III. A visão organizacional refere-se a uma identidade comum quanto aos propósitos da organização para o futuro, a fim de orientar o comportamento dos seus membros quanto ao destino que a organização deseja construir e realizar.

Está correto o que consta APENAS em

- a) II e IV.
- b) I e III.
- c) III e IV.
- d) I e II.
- e) II e III.

55. As estruturas organizacionais dependem da estratégia utilizada pelas organizações. No caso de uma organização pública, uma estrutura divisional caracteriza-se por possuir:

- a) órgãos dotados de autonomia executiva, sem, no entanto, autonomia para apuração de lucros.
- b) órgãos de existência temporária, vinculados a projetos, e órgãos de apoio funcional, vinculados a especializações, de natureza permanente.
- c) órgãos de natureza permanente, vinculados a projetos, e órgãos de natureza funcional, vinculados a especializações, de natureza temporária.
- d) órgãos permanentes autônomos, que operam como centro de resultados, sujeitos a uma administração descentralizada.
- e) órgãos funcionais por produtos, com autonomia para o alcance de resultados.

**ARQUIVO, PROTOCOLO E PROCESSOS NA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA***Ricardo Campanário*

56. Sobre os arquivos privados, com base na Lei nº 8.159/91, analise as afirmativas a seguir.

- () Os arquivos privados podem ser identificados pelo Poder Público como de interesse público e social.
- () O acesso aos documentos de arquivos privados identificados como de interesse público e social é ostensivo.
- () Os arquivos privados identificados como de interesse público e social são recolhidos aos arquivos públicos.

Assinale a opção que apresenta a sequência correta, segundo a ordem apresentada.

- a) F – V – F.
b) F – V – V.
c) V – F – F.
d) V – V – F.
e) F – F – V.

57. Sobre a organização das funções arquivísticas no Brasil, analise as afirmativas a seguir.

- () A eliminação de documentos produzidos por instituições públicas e de caráter público será realizada mediante autorização da instituição arquivística pública, na sua específica esfera de competência.
- () A cessação de atividades de instituições públicas e de caráter público implica o recolhimento de sua documentação à instituição arquivística pública ou a sua transferência à instituição sucessora.
- () Os documentos de valor permanente são inalienáveis e imprescritíveis.

Assinale a opção que apresenta a sequência correta, segundo a ordem apresentada.

- a) V – V – V.
b) F – V – V.
c) V – F – F.
d) V – V – F.
e) F – F – V.

58. A gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos são deveres do poder público, como instrumento de apoio à administração e como elementos de prova e informação. Consideram-se arquivos, os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos. Considera-se gestão de documentos, o conjunto de procedimentos e operações técnicas à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando à eliminação ou ao recolhimento para guarda permanente. Assinale a opção que indica como os documentos públicos são identificados para fins de arquivo.

- a) Casuais e permanentes.
b) Regulares e intermediários.
c) Casuais, variáveis e regulares.
d) Variáveis, regulares e permanentes.
e) Correntes, intermediários e permanentes.

59. Os documentos produzidos, recebidos e acumulados por órgãos e empresas públicas, autarquias, fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, sociedades de economia mista, organizações sociais e entidades privadas encarregadas da gestão de serviços públicos constituem os arquivos:

- a) confidenciais.
b) de precatórios.
c) mortos.
d) públicos.
e) privados.

60. Assinale a alternativa que representa o marco legal das políticas públicas brasileiras em instituições arquivísticas.

- a) Lei n. 8.159/1991.
- b) Constituição Federal de 1988.
- c) Resoluções do CONARQ.
- d) Resoluções do SINAR.
- e) Decreto 4.915/2003.

**CONTABILIDADE PÚBLICA + VARIAÇÕES
PATRIMONIAIS E DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**

Gilmar Possati

61. Acerca da relação entre passivo exigível (visão patrimonial) e as etapas da execução orçamentária (visão orçamentária), assinale a opção correta:

- a) o empenho representa uma obrigação patrimonial de pagamento, haja vista se tratar de um comprometimento de recurso financeiro da entidade governamental.
- b) quando o fato gerador do passivo exigível ocorrer antes do empenho, ou entre o empenho e a liquidação, é necessário o registro de uma etapa intermediária entre o empenho e a liquidação, chamada “empenho a liquidar”.
- c) a liquidação da despesa consiste na verificação de um passivo exigível já existente.
- d) O pagamento consiste na efetiva saída do recurso financeiro que ocasionará o reconhecimento de uma variação patrimonial diminutiva.
- e) O registro da obrigação patrimonial depende da execução orçamentária.

62. Acerca dos ativos de infraestrutura, assinale a opção correta:

- a) Para serem classificados como ativos de infraestrutura, esses ativos deverão ser partes de um sistema ou de uma rede, especializados por natureza e possuem usos alternativos.
- b) Considerando-se a sua natureza especializada dos ativos de infraestrutura, eles devem seguir bases de mensuração específicas, conforme previsto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.
- c) Para os casos de reconhecimento inicial e para ajustes ou reclassificações em atendimento às novas práticas contábeis, não havendo nenhuma evidência disponível para determinar o valor de mercado devido a sua natureza especializada, o valor justo pode ser estimado usando-se o custo de reposição depreciado.
- d) Em relação à depreciação dos ativos de infraestrutura, recomenda-se que os componentes com custo significativo sejam agrupados no cálculo de depreciação.
- e) Entre as características que geralmente são apresentadas pelos ativos de infraestrutura está a dificuldade em estimar a sua vida útil, a qual em alguns casos pode ser de centenas de anos.

63. O Município Audazes dos Pampas está em processo de instalação de seu distrito industrial e incorreu nos seguintes custos:

- Custo da planta do distrito industrial: R\$ 1.250.000
- Custo de manuseio: R\$ 100.000
- Custo de preparação do local: R\$ 300.000
- Honorários profissionais: R\$ 350.000
- Custos administrativos: R\$ 100.000
- Custos de desmontagem estimados a serem incorridos após 10 anos: R\$ 150.000
- Perdas operacionais antes da inauguração do distrito: R\$ 200.000

Considerando-se apenas as informações apresentadas, os custos que podem ser ativados totalizam:

- a) R\$ 1.850.000;
- b) R\$ 2.050.000;
- c) R\$ 2.150.000;
- d) R\$ 2.450.000;
- e) R\$ 2.900.000.

64. O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle). Acerca dessa demonstração contábil, assinale a opção correta:

- a) O balanço patrimonial está estruturado em quatro quadros, sendo um quadro principal e três quadros anexos.
- b) O Quadro Principal do Balanço Patrimonial será elaborado utilizando-se as quatro classes de contas de natureza patrimonial do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).
- c) Os ativos e passivos serão apresentados em níveis analíticos.
- d) Os saldos das contas intragovernamentais deverão ser incluídos para viabilizar a consolidação das contas no ente.
- e) Para fins de consolidação e consistência das informações, as entidades do setor público deverão utilizar a forma de apresentação dos ativos e passivos baseada na liquidez de modo preferencial.

65. O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) estrutura as informações contábeis em naturezas de informação distintas. Sob essa perspectiva, a natureza de informação patrimonial:

- a) registra, processa e evidencia os atos e os fatos relacionados ao planejamento e à execução orçamentária.
- b) registra, processa e evidencia os fatos financeiros e não financeiros relacionados com a composição do patrimônio público e suas variações qualitativas e quantitativas.
- c) registra, processa e evidencia os atos de gestão cujos efeitos possam produzir modificações no patrimônio da entidade do setor público, bem como aqueles com funções específicas de controle.
- d) controla os registros de inscrição e execução de restos a pagar.
- e) controla os registros relacionados à dívida ativa e aos custos.

ORÇAMENTO PÚBLICO

Luciana Marinho

66. Segundo a Constituição Federal, cabe à Lei de Diretrizes Orçamentárias, exceto uma.

- a) Entre suas competências, trata sobre as alterações na legislação tributária.
- b) Compreende as metas e as prioridades da Administração Pública federal.
- c) Estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- d) Estabelece as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública.
- e) define as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal, contemplando as despesas de capital.

67. A emenda parlamentar é o instrumento que permite aos deputados e senadores realizarem alterações no orçamento anual. As emendas individuais impositivas apresentadas ao projeto de lei orçamentária anual (PLOA) poderão alocar recursos a órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta da União, dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, consórcio público, organização da sociedade civil ou serviço social autônomo. Nesse contexto, de acordo com a Constituição Federal de 1988, as emendas parlamentares individuais, quando apresentadas ao projeto de lei orçamentária anual, serão aprovadas no seguinte percentual da RCL:

- a) 1,5% da RCL arrecadada no exercício anterior, sendo 50% destinados a ações e serviços públicos de saúde;
 - b) 1,2% da RCL prevista no PLOA, sendo 0,45% destinado a ações e serviços públicos de saúde;
 - c) 1,2% da RCL do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, sendo 0,6 % destinados a ações e serviços públicos de saúde;
 - d) 2,5% da RCL prevista no PLOA, sendo 50% destinado a ações e serviços públicos de saúde;
 - e) 2,0% da RCL do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, sendo 50% destinados a ações e serviços públicos de saúde.
-

68. Antes de se apresentar e sua forma mais moderna, o orçamento público sofreu modificações ao longo do tempo. E essa evolução se apresenta revestidas em forma de espécies orçamentárias. Sendo assim, os tipos de orçamentos público tem como característica:

- a) o orçamento por desempenho é o tipo de orçamento adotado pela legislação financeira brasileira e representa a manutenção, ano após ano, da mesma estrutura do orçamento anterior, com ajustes marginais nas receitas previstas e despesas autorizadas.
- b) adotado no Brasil, o orçamento-programa busca dar ênfase aos objetivos finais a serem perseguidos pela ação do Estado, vinculando o planejamento estatal com a autorização das despesas no orçamento.
- c) o orçamento base zero consiste na técnica de codificação dos subelementos de despesas orçamentárias por meio da utilização de sequências numéricas iniciadas com o dígito zero, seguidas da classificação funcional da despesa.
- d) o orçamento clássico, adotado no Brasil, baseia-se na ausência de correlação entre as despesas autorizadas em anos seguidos, revendo-se, na integralidade, a cada ano, o mérito de cada ação orçamentária e a disponibilidade de recursos para seu financiamento.
- e) o orçamento-programa visa a promover incentivos às unidades orçamentárias, por meio da ampliação dos recursos destinados a ações com bom desempenho em anos anteriores, colocando ênfase no objeto do gasto público.

69. A espécie de orçamento que caracteriza-se por uma estrutura que dá ênfase aos aspectos contábeis e por considerar, na sua elaboração, as necessidades financeiras das unidades organizacionais, corresponde ao orçamento

- a) orçamento – programa.
- b) Orçamento por desempenho.
- c) Orçamento tradicional.
- d) Orçamento por realizações.
- e) orçamento por resultado.

70. Os princípios são normas gerais que, pela sua relevância, abrangência e valor intrínseco, fundamentam o sistema jurídico. Permitem a interpretação de situações concretas com base nos fins a que se destinam a norma. Desde seus primórdios, a instituição orçamentária foi cercada de uma série de princípios e regras com a finalidade de aumentar-lhe a consistência no cumprimento de sua principal finalidade política: auxiliar o controle parlamentar sobre o governo. Nesse contexto, marque a alternativa que indica o princípio orçamentário que estabelece que a LOA não disciplinará sobre assunto que não seja previsão da receita e à fixação da despesa.

- a) Princípio da Exclusividade
- b) Princípio do orçamento bruto
- c) Princípio da não afetação das receitas
- d) Princípio da Universalidade
- e) Princípio da Legalidade

SISTEMAS DE CONTROLE*Tonyvan Carvalho*

71. De acordo com as disposições constitucionais, uma das finalidades do controle interno é:

- a) apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;
- b) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;
- c) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;
- d) fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo;
- e) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

72. A Lei nº 10.180/2001 organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal. Nesse contexto, são órgãos setoriais de controle interno que integram o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, EXCETO:

- a) Estrutura do Ministério das Relações Exteriores,
- b) Estrutura do Ministério da Defesa,
- c) Estrutura da Advocacia-Geral da União
- d) Estrutura da Casa Civil.
- e) Estrutura do Ministério da Economia

73. Marque a alternativa que contém o objetivo da Comissão de Coordenação de Controle Interno, órgão colegiado de coordenação do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, segundo às prescrições da Lei nº 10.180/2001.

- a) avaliar a execução dos orçamentos da União;
- b) exercer o controle das operações de crédito, avais, garantias, direitos e haveres da União;
- c) fornecer informações sobre a situação físico-financeira dos projetos e das atividades constantes dos orçamentos da União;
- d) realizar auditoria sobre a gestão dos recursos públicos federais sob a responsabilidade de órgãos e entidades públicos e privados;
- e) promover a integração e homogeneizar entendimentos dos respectivos órgãos e unidades.

74. O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal utiliza como técnicas de trabalho, para a consecução de suas finalidades. A técnica que visa a avaliar a gestão pública, pelos processos e resultados gerenciais, e a aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado:

- a) Fiscalização
- b) Auditoria
- c) Procedimentos de auditoria
- d) Procedimentos de avaliação de risco
- e) Testes de Auditoria

75. Em relação ao Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental previsto na Instrução Normativa nº 3, de 09 de junho de 2017, especificamente em relação às três linhas de defesa da gestão, ou camadas, numere as afirmações, relacionando as respectivas linhas de defesa com as pressuposições às quais pertencem:

1 - Primeira linha de defesa

2 - Segunda linha de defesa

3 - Terceira linha de defesa

() É responsável por identificar, avaliar, controlar e mitigar os riscos, guiando o desenvolvimento e a implementação de políticas e procedimentos internos destinados a garantir que as atividades sejam realizadas de acordo com as metas e objetivos da organização; () Essas instâncias são destinadas a apoiar o desenvolvimento dos controles internos da gestão e realizar atividades de supervisão e de monitoramento das atividades desenvolvidas no âmbito da primeira linha de defesa, que incluem gerenciamento de riscos, conformidade, verificação de qualidade, controle financeiro, orientação e treinamento;

() A atividade de auditoria interna governamental deve ser desempenhada com o propósito de contribuir para o aprimoramento das políticas públicas e a atuação das organizações que as gerenciam;

() É representada pela atividade de auditoria interna governamental, que presta serviços de avaliação e de consultoria com base nos pressupostos de autonomia técnica e de objetividade;

() Essas instâncias estão situadas ao nível da gestão e objetivam assegurar que as atividades realizadas pela primeira linha sejam desenvolvidas e executadas de forma apropriada;

() Contempla os controles primários, que devem ser instituídos e mantidos pelos gestores responsáveis pela implementação das políticas públicas durante a execução de atividades e tarefas, no âmbito de seus macroprocessos finalísticos e de apoio. A

numeração correta, na sequência de cima para baixo é:

a) 2, 1, 2, 1, 3, 1.

b) 1, 2, 3, 3, 2, 1.

c) 1, 3, 3, 2, 3, 1.

d) 2, 1, 3, 2, 2, 2.

e) 2, 2, 3, 3, 3, 1.

GOVERNO DIGITAL

Paolla Ramos

76. A Estratégia de Governo Digital (EGD), estabelecida em 2020 no contexto do Poder Executivo Federal, busca formalizar o esforço de modernização do governo brasileiro, tendo como elementos fundamentais a integração e o acesso a dados entre os órgãos públicos.

Para tanto, A Estratégia de Governo Digital, no âmbito Administração Pública Federal, estabelece que:

a) Os instrumentos de planejamento serão elaborados pelo respectivo Comitê de Governança Digital.

b) O Plano de Transformação Digital conterá apenas as ações de transformação digital de serviços.

c) A coordenação da avaliação da Estratégia de Governo Digital compete à Secretaria de Governo Digital, vinculada à Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

d) Integra o Comitê de Governança Digital o titular da unidade de tecnologia da informação e comunicação que o presidirá.

e) Entre os objetivos a serem alcançados, por meio da Estratégia de Governo Digital incluem implementar a Lei Geral de Proteção de Dados, no âmbito do Governo federal, e garantir a segurança das plataformas de governo digital.

77. O Decreto nº 10.332 institui a Estratégia de Governo Digital no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

São objetivos a serem alcançados por meio da Estratégia de Governo Digital, exceto:

- a) Oferecer serviços públicos digitais simples e intuitivos, consolidados em plataforma única e com avaliação de satisfação disponível.
- b) Conceder acesso amplo à informação e aos dados abertos governamentais, para possibilitar o exercício da cidadania e a inovação em tecnologias digitais.
- c) Ofertar as tecnologias e os serviços compartilhados para a transformação digital
- d) Promover políticas públicas baseadas em dados e evidências e em serviços preditivos e personalizados, com utilização de tecnologias emergentes
- e) Adotar tecnologia de processos e serviços governamentais em nuvem como parte da estrutura tecnológica dos serviços e setores da administração pública federal.

78. O Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020, institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

O Plano de Transformação Digital é um instrumento estratégico que visa a orientar a transformação digital de um órgão ou entidade pública. O Plano de Transformação Digital contera as ações, EXCETO:

- a) Transformação digital de serviços
- b) Unificação de canais digitais
- c) Interoperabilidade de sistemas
- d) Segurança e privacidade
- e) Restrições de acesso à informação

SEI*Tiago Zanolla*

79. De acordo com o Decreto n. 8.539/2015, o que é um "documento digital"?

- a) Um registro exclusivo de informações governamentais em meio físico.
- b) Qualquer informação registrada em meio eletrônico, mas que não pode ser editada.
- c) Informação registrada, codificada em dígitos binários, acessível e interpretável por sistema computacional.
- d) Exclusivamente documentos criados e armazenados em nuvem.
- e) Documento apenas em formato PDF, que não pode ser convertido em outros formatos.

80. Segundo o Decreto n. 8.539/2015, quando um documento é digitalizado no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública federal, qual procedimento deve ser seguido em relação à conferência da integridade do documento digitalizado?

- a) Não é necessário conferir a integridade do documento digitalizado, apenas digitalizá-lo.
- b) Apenas documentos originais devem ter sua integridade conferida antes da digitalização.
- c) Deve-se registrar se foi apresentado documento original, cópia autenticada em cartório, cópia autenticada administrativamente, ou cópia simples.
- d) Todos os documentos digitalizados são automaticamente considerados cópias autenticadas em cartório.
- e) A conferência da integridade do documento digitalizado deve ser feita exclusivamente por um cartório.

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
